

PARA ALÉM DOS MUROS DAS PARÓQUIAS: UMA ANÁLISE SOBRE A RESISTÊNCIA CAMPESINA NA HISPÂNIA VISIGÓTICA ENTRE OS SÉCULOS VII – VIII¹

Iago Moreira Silva², Márcia Santos Lemos³

RESUMO:

A historiografia *tradicional* por muito tempo negligenciou o importante papel do *campesinato* na Alta Idade Média, apresentando-o, quando mencionado, como passivo e complacente diante das transformações sociais. No sentido inverso, este estudo visa a resistência campesina durante a instalação do Reino Visigodo de Toledo, entre os séculos VII e VIII, na Hispânia. Verifica-se que este grupo foi refratário tanto a correção e doutrinação cristã quanto às relações de trabalho e suas variadas formas de apropriação da renda. Nesta perspectiva, busca-se compreender a atuação da Igreja e da Monarquia no processo de exploração do campesinato e analisar como a distância entre o campo e a paróquia influenciou na resistência ao cristianismo e à dominação senhorial. A pesquisa baseia-se na análise da *Lex Visigothorum* e revisão historiográfica sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato, Hispânia Visigótica, *Lex Visigothorum*, Resistência.

BEYOND THE WALLS OF THE PARISHES: AN ANALYSIS OF PEASANT RESISTANCE IN VISIGOTHIC HISPANIA BETWEEN THE 7TH AND 8TH CENTURIES

ABSTRACT

The traditional historiography long neglected the important role of the peasantry in the Early Middle Ages, portraying them, when mentioned, as passive and compliant in the face of social transformations. In contrast, this study aims to explore peasant resistance during the establishment of the Visigothic Kingdom of Toledo, between the 7th and 8th centuries, in Hispania. It is observed that this group was resistant both to Christian correction and indoctrination, as well as to labor relations and their various forms of income appropriation. From this perspective, the study seeks to understand the role of the Church and the Monarchy in the process of peasant exploitation and to analyze how

¹ A presente pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, através do Edital 088/2023 PIBIC-AF/CNPq/UESB.

² Discente do VI semestre do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), membro do Laboratório de Estudos Marxistas (LeMarx/UESB), onde desenvolve pesquisa na linha Formações sociais pré-capitalistas entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média. E-mail: yagobn7@gmail.com.

³ Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2009), mestrado na mesma instituição e graduação em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente titular do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Atua na equipe editorial da Revista "Germinal: marxismo e educação em debate" e coordena o Laboratório de Estudos Marxistas - Uesb, onde desenvolve pesquisa em duas linhas: A) Formações sociais pré-capitalistas entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média; B) Epistemologia Feminista Contemporânea. E-mail: marcia.lemos@uesb.edu.br.

the distance between the countryside and the parish influenced resistance to Christianity and seignorial domination. The research is based on an analysis of the *Lex Visigothorum* and a historiographical review of the subject.

KEYWORDS: Peasantry, Visigothic Hispania, *Lex Visigothorum*, Resistance.

INTRODUÇÃO

A historiografia tradicional negligenciou o papel do campesinato na Alta Idade Média, frequentemente apresentando-o como passivo diante das transformações sociais, econômicas e político-administrativas que moldaram a Europa. Embora o termo "camponês" seja conhecido, sua mobilização na historiografia é vaga (Daflon, 2021). Este estudo busca analisar as resistências e lutas do campesinato — homens e mulheres livres, libertos (as) e escravizado (as) — como agentes centrais nas dinâmicas sociais do Reino Visigodo de Toledo, entre os séculos VII e VIII. A pesquisa investiga como essa resistência vai além da reação contra tentativas de correção e doutrinação, rejeitando estruturas de poder e relações de trabalho.

A hipótese é que o campesinato não foi um grupo social passivo, mas desempenhou um papel ativo nas transformações sociais e econômicas, desafiando as tentativas de controle da aristocracia visigoda. A *Lex Visigothorum*, importante compilado de leis do Reino Visigodo, reflete os interesses da aristocracia e revela como buscava apropriar-se da renda e controlar a força de trabalho campesina, impondo punições para garantir a exploração econômica.

Historiadores brasileiros enfrentam questionamentos sobre a relevância dos estudos em história medieval. Bastos (2016) argumenta que esses estudos revelam aspectos fundamentais da sociedade contemporânea. Embora a história medieval seja vista como tradicional, novas pesquisas, como esta, podem contribuir com a produção científica do Brasil, superando uma historiografia focada nas classes dominantes de outrora (Daflon, 2020). Além disso, investigar as relações de poder, exploração e resistência pode oferecer reflexões sobre dinâmicas sociais contemporâneas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia da pesquisa foi dividida em quatro etapas principais: revisão da literatura clássica, análise documental, levantamento historiográfico e estudo teórico sobre o método. Primeiro, realizamos uma revisão da literatura, focando em autores clássicos da História Medieval, para identificar contribuições aos estudos sobre o campesinato e sua função nas formações sociais pré-capitalistas. Em seguida, fichamos e analisamos a *Lex Visigothorum*, avaliando como o campesinato é representado nesta

fonte do direito visigodo e como essas informações contrastam com as visões da historiografia.

Depois disso, levantamos teses e dissertações em bancos de dados da CAPES, BDTD e repositórios de programas de pós-graduação em História de universidades brasileiras, abrangendo publicações de 2010 a 2024. Foram catalogadas 127 publicações sobre campesinato, resistência, cristianismo e Hispânia Visigótica, sendo 58 relevantes após filtragem para a Alta Idade Média Hispânica.

Em sequência, analisamos as transformações historiográficas do século XX, destacando os campos teóricos influenciados pelos paradigmas Iluminista e pós-moderno. Embora muitos estudos, dentre os catalogados, priorizem perspectivas culturais, também encontramos aqueles vinculados a tradição marxista que destacam a importância das relações de trabalho, apropriação de renda e transformações econômicas do campesinato para compreender as dinâmicas de poder.

O aporte teórico adotado baseia-se no materialismo histórico e dialético, articulando as condições de produção às estruturas sociais. A análise do antagonismo entre a aristocracia visigoda e o campesinato permitiu explorar as tensões sociais no Reino Visigodo e o papel do campesinato na resistência às relações de poder, destacando sua importância na organização do espaço rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a revisão da literatura, observa-se que medievalistas como Jérôme Baschet, Guy Fourquin e François Louis Ganshof enfatizam a centralidade da terra nas relações econômicas e sociais da Idade Média, mas frequentemente negligenciam o campesinato da Alta Idade Média. Baschet (2006) menciona a ruralização como um aspecto da transição da Antiguidade para a Idade Média, resultante da decomposição do sistema romano, levando à regionalização política e ao declínio urbano. Fourquin (1979) explora a conexão entre o poder e a riqueza da aristocracia fundiária, enquanto Ganshof (1981) analisa as relações intra-senhoriais, sem abordar adequadamente o campesinato.

Silva (2022) observa que, desde os primórdios dos godos nas fronteiras do Império Romano, os chefes militares formaram uma aristocracia privilegiada pelo controle dos meios de produção. Daflon (2016) ressalta que essa aristocracia era uma minoria, enquanto o campesinato — definido por ele como aqueles que trabalham na terra, vivenciam a condição camponesa e resistem às tentativas de dominação aristocrática — era a maioria. Assim, *Lex Visigothorum*, compilada em 654, buscava estruturar a sociedade e legitimar a exploração do campesinato pelas classes dominantes.

A *Lex Visigothorum* reflete as tensões entre o campesinato e a aristocracia visigoda. As leis, com valores da ideologia cristã, legitimavam a exploração de homens e mulheres que constituíam as forças produtivas no Reino Visigodo. Nesse contexto, “a exploração e controle sobre o campesinato se mostraram essenciais para o poder das classes dominantes” (Daflon, 2016), essa exploração se manifestava tanto pela aristocracia laica, que controlava as forças produtivas e exercia o poder, quanto pela religiosa, que legitimava ideologicamente essa exploração e à medida que interferia na esfera pública exercendo a autoridade para controlar a riqueza e a propriedade eclesiástica. Ao mesmo tempo, a *Lex* também revela a resistência camponesa, como fugas, não pagamento de tributos, abandono de terras, envenenamentos, saques de plantações e incêndios de propriedades, essas práticas refletem a resistência ativa do campesinato contra a dominação e demonstram como os camponeses da Alta Idade Média desafiavam as tentativas de controle. Assim, a *Lex Visigothorum* permite compreender que o campesinato do Reino Visigodo de Toledo foi refratário tanto à correção e doutrinação cristã quanto às relações de trabalho e suas variadas formas de apropriação da renda.

A partir do levantamento historiográfico, constatou-se que muitos dos trabalhos refletem as transformações na produção historiográfica da segunda metade do século XX, com maior diálogo com a Nova História e o pós-estruturalismo. Analisando o campesinato como objeto no campo da história cultural, priorizando representações, assimilação e resistência cultural. Enquanto os trabalhos catalogados de autores marxistas enxergam nesses estudos uma oportunidade de aprofundar a análise das tensões sociais e destacar o papel fundamental do campesinato na reorganização do espaço rural após o declínio do Império Romano do Ocidente.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

Embora o estudo tenha alcançado resultados importantes, como a constatação de que a historiografia tradicional tratou o campesinato de maneira vaga e com foco maior nas relações estabelecidas pela aristocracia, é necessário aprofundar a investigação. Ainda resta uma vasta historiografia a ser analisada para confirmar se esses resultados se mantêm consistentes em uma amostra mais ampla. Assim, é imperativo ampliar a revisão historiográfica, expandindo o levantamento de teses e dissertações.

A resistência campesina na Hispânia Visigótica, no Reino Visigodo de Toledo, entre os séculos VII e VIII revela um papel ativo e fundamental do campesinato nas dinâmicas sociais e econômicas, contrastando com a historiografia mobilizada. Através

da análise da *Lex Visigothorum*, sugeriu-se que as normas visigodas não apenas regulamentavam as relações sociais, mas também evidenciavam a tensão entre o campesinato e a aristocracia. As práticas de resistência, como fugas, não pagamento de tributos e sabotagens, são manifestações claras da insubordinação camponesa contra a exploração e a dominação, mostrando como esses sujeitos subalternizados se envolveram agentes ativos em seu contexto histórico.

Dessa forma, ainda é necessário esclarecer alguns pontos, como, por exemplo, de que maneira a distância entre o campo e as paróquias influenciou a resistência camponesa e os processos de conversão e doutrinação. Além disso, esperamos avançar na compreensão do papel ideologia cristã nesse contexto de exploração e controle das forças produtivas do campesinato no Reino Visigodo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTE PRIMÁRIA:

1. **El libro de los juicios** (Estudio preliminar de R. Ramis Barceló. Traducción y notas de P. Ramis Serra y R. Ramis Barceló), Colección de Leyes Históricas de España, vol. I, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 2015, 878 pp.

BIBLIOGRAFIA:

2. BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: Do Ano Mil à Colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.
1. BASTOS, Mário Jorge da Motta. **Assim na Terra como no Céu. Paganismo, Cristianismo, Senhores e Camponeses na Alta Idade Média Ibérica (séculos IV-VIII)**. São Paulo, EDUSP, 2013.
2. BASTOS, Mário Jorge. Quatro décadas de História Medieval no Brasil: contribuições à sua crítica. **Diálogos**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 2-15, set./dez. 2016.
3. BOVO, C. R.. Por que Idade Média? Dos motivos de se ensinar História Medieval no Brasil. In: **TORRES FAUAZ, Armando.. (Org.)**. La Edad Media en perspectiva Latinoamericana. 1ed.Heredia: Editorial Universidad Nacional, 2018, v. 1, p. 257-278.
4. CARDOSO, C. F. História e Paradigmas rivais. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

5. DAFLON, Educaro C. **Desvelando um Sujeito Oculto: Campesinato e estrutura agrária na alta idade média ibérica (ca. 450 - ca. 750)**. 2020. 345 f. Tese (Doutorado) - UFF, Rio de Janeiro, 2020.
6. DAFLON, E. C. Considerações sobre o conceito de campesinato para Alta Idade Média. **SOCIEDADES PRECAPITALISTAS**, v. 11, p. 1-16, 2021.
7. DAFLON, E. C.; MAGELA, T. P. S. Os Porquês de uma História que falta: em defesa do protagonismo camponês na Idade Média. In: **Dionathas Moreno Boenavides**; Wendell dos Reis Veloso. (Org.). *Religiosidade, poder e sociedade no medievo: discussões historiográficas*. 1ed. Porto Alegre: Polifonia, 2019, v. , p. 45-62.
8. FOURQUIN, Guy. **História Económica do Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1979.
9. GANSHOF, François Louis. **¿Qué es el feudalismo?**. 2. ed. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1981.
10. HILÁRIO, Franco Júnior. **A idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
11. SILVA, Paulo Henrique Linhares da. **Expressões da realeza visigótica na Lex Visigothorum**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.
12. MACEDO, José Rivair. (Org.). **A Idade Média portuguesa e o Brasil: reminiscências, transformações, ressignificações**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora Vidraguas, 2011.
13. WOOD, Ellen Meiksins de. **De ciudadanos a señores feudales Historia social del pensamiento político de la Antigüedad a la Edad Media**. Barcelona/Buenos Aires, Espasa Libros S. L. U, 2011, p. 213-296.